



DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2026v28id5632>

A EMPRESARIZAÇÃO DO ENSINO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES UNIVERSIDADE-EMPRESA MEDIADAS PELA SINOVA/UFSC

The entrepreneurship of education: a look at university-company relations mediated by
SINOVA/UFSC

La corporativización de la educación: una mirada a las relaciones universidad-empresa
mediadas por SINOVA/UFSC

Sabrina Sampaio Rakow¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5801-6994>

E-mail: sabrinarakow@hotmail.com

Vitor Abreu Arnoni²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0562-8641>

E-mail: Vitor.arnoni@hotmail.com

Marcio Silva Rodrigues³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8810-7077>

E-mail: marciosilvarodrigues@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a observar como o processo de empresarização do mundo é capaz de influenciar as relações Universidade-Empresa, mediadas pela Secretaria de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina (SINOVA), favorecendo uma reconfiguração do papel da Universidade, relações essas mantidas e incentivadas como centrais e necessárias para a promoção de inovações e para o desenvolvimento do país. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza descritivo-interpretativa, que adota a estratégia do estudo de caso. A análise dos dados foi realizada pela técnica de análise de conteúdo, a partir de materiais coletados em portais institucionais da UFSC e de uma entrevista com um ex-membro da gestão da SINOVA. Os resultados apontam para um direcionamento claro da secretaria, pautado por lógicas, modelos e discursos empresariais, evidenciando a centralidade da empresa como forma organizacional hegemônica. Tal configuração revela uma mudança significativa na forma como se compreende o papel da universidade, cujo

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

³ Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Pelotas, RS, Brasil.

conhecimento passa a ser tratado como mercadoria voltada ao mercado, limitando a sua socialização, a sua dimensão transdisciplinar e gerando potenciais conflitos de interesse no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: universidade; empresa; inovação.

Abstract: The present article proposes to observe how the process of corporatization of the world influences University-Industry relations, mediated by the Secretariat of Innovation of the Federal University of Santa Catarina (SINOVA), favoring a reconfiguration of the University's role. These relations are maintained and encouraged as central and necessary for the promotion of innovation and the country's development. This is a qualitative study, of a descriptive-interpretive nature, that adopts the case study strategy. Data analysis was performed using the content analysis technique, based on materials collected from UFSC's institutional portals and an interview with a former SINOVA management member. The results indicate a clear direction for the Secretariat, guided by corporate logics, models, and discourses, highlighting the centrality of the company as the hegemonic organizational form. This configuration reveals a significant change in how the university's role is understood, whose knowledge becomes treated as a market-oriented commodity, limiting its socialization, its transdisciplinary dimension, and generating potential conflicts of interest within the academic environment.

Keywords: university; enterprise; innovation.

Resumen: El presente artículo se propone observar cómo el proceso de empresarialización del mundo es capaz de influir en las relaciones Universidad-Empresa, mediadas por la Secretaría de Innovación de la Universidad Federal de Santa Catarina (SINOVA), favoreciendo una reconfiguración del papel de la Universidad. Estas relaciones se mantienen e incentivan como centrales y necesarias para la promoción de innovaciones y el desarrollo del país. Se trata de un estudio cualitativo, de naturaleza descriptivo-interpretativa, que adopta la estrategia del estudio de caso. El análisis de los datos se llevó a cabo mediante la técnica de análisis de contenido, a partir de materiales recopilados en portales institucionales de la UFSC y de una entrevista con un exmiembro de la gestión de SINOVA. Los resultados apuntan a una dirección clara de la secretaría, guiada por lógicas, modelos y discursos empresariales, evidenciando la centralidad de la empresa como forma organizacional hegemónica. Dicha configuración revela un cambio significativo en la forma en que se comprende el papel de la universidad, cuyo conocimiento pasa a ser tratado como una mercancía orientada al mercado, limitando su socialización, su dimensión transdisciplinaria y generando potenciales conflictos de interés en el entorno académico.

Palabras clave: universidad; empresa; innovación.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Inovação (SNI) é composto por um conjunto de instituições, políticas e ações voltadas à promoção da inovação em um país ou região. O seu objetivo é impulsionar e sustentar o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, pela criação e difusão de conhecimento, da transferência de tecnologia e da articulação entre os setores público e privado. Segundo Lundvall (2007), o SNI envolve os elementos e as relações que interagem na produção, disseminação e uso de novos conhecimentos economicamente relevantes, mobilizando diferentes atores cuja atuação tem sido fundamental para o desempenho das economias industrializadas, com destaque para três principais: o governo, o setor produtivo (empresas) e a infraestrutura científica (universidades).

Essa concepção tem servido como referencial teórico-analítico em diversas pesquisas empíricas, com o intuito de compreender como as inovações ocorrem no interior das empresas e como os processos de desenvolvimento estão ancorados em instituições que moldam as interações sociais, econômicas e científicas. Nessa perspectiva, a inovação emerge como um produto das dinâmicas relacionais entre os três atores centrais do sistema.

Nesse contexto, Gazzetta, Kato-Cruz e Endo (2020) apresentam uma série de estudos realizados no período de 2009 a 2020, que se preocupam em observar essas relações entre Universidade-Empresas-Governos (U-E-G), denotando uma ampla diversidade de pesquisas tanto de cunho quantitativo como qualitativos, nos mais diversos periódicos, mas ainda com maior predominância na área de Administração. Além disso, alguns dos pontos mais observados nestas pesquisas são a relação com a existência de facilitadores e impeditivos das relações U-E, o papel do Estado nestas relações, no que tange aos incentivos governamentais e as mudanças no papel das instituições de ensino (Universidades), que passam a considerar meios que se adaptem às necessidades das organizações para aumentar a integração.

Pouca atenção tem sido dada para análises mais aprofundadas acerca das relações de poder existentes nesse processo, inclusive nas relações do Governo nesse contexto, assim como enfoques mais sociais que impactam tais relações, especialmente, sob uma perspectiva crítica (Closs; Ferreira 2012; Doin; Rosa, 2019; Gazzetta; Kato-Cruz; Endo, 2020). Ademais, cabe pensar e discutir as adversidades impostas ao ambiente universitário brasileiro na contemporaneidade, devido, em alguma parte, ao pensamento neoliberal ainda predominante nos governos de países subdesenvolvidos.

Tratando especificamente dessa mudança no papel das Universidades apontado nos resultados de pesquisas recentes, parece existir um movimento que conduz as Universidades à adoção de um *ethos* empreendedor, que seria capaz de executar atividades empreendedoras que melhorem o desenvolvimento econômico e contribuam para a comercialização e geração de receitas advindas de inovações tecnológicas oriundas de pesquisas acadêmicas. Nesse sentido, “[...] colocar em uso o

conhecimento produzido para fins econômicos significa capitalizar o conhecimento” (Doin; Rosa, 2019, p. 943), levando as instituições a adotarem um modelo de “marketização” do ensino e uma postura empreendedora dos docentes e gestores, gerando conflitos de interesse inerentes às posições contraditórias em relação à adoção de tal modelo, sendo essa, uma das barreiras encontradas em muitas pesquisas para a implementação das parcerias entre Universidades e Empresas.

A adoção desse comportamento empreendedor pelas Universidades, como meio de manutenção da relação com outras organizações, parece ser um campo que sofre influência do processo de empresarização do mundo (Rodrigues; Silva, 2019a; 2019b), que consiste na generalização da ideia de empresa e, conseqüentemente, dos discursos empresariais, para os mais variados espaços. Esse é um processo que surge no auge da modernidade, momento em que a empresa assume um modelo central, uma vez que os elementos, os princípios e as visões de mundo que caracterizam a sociedade moderna, orientada pelo sistema capitalista vigente e hegemônico, são materializados na empresa.

Tal processo ganha força com a existência de um cenário predominantemente neoliberal, muito forte e marcante em países subdesenvolvidos. A racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), associada ao processo de empresarização, parece ter influência nas próprias políticas e programas que incentivam e orientam as relações U-E-G, transformando e mudando constantemente o papel da Universidade, assim como o próprio objetivo destas relações em um sistema de inovação: o desenvolvimento nacional. Para além disso, parecem ser estabelecidas relações de poder entre as organizações envolvidas no processo, muito pouco contribuindo para os sistemas de inovação.

Inserido no campo dos Estudos Organizacionais, o processo de empresarização tem sido amplamente debatido por autores brasileiros desde os anos 2000, servindo como lente analítica para diversos objetos de pesquisa. Destacam-se, nesse contexto, os estudos voltados à educação (Badia, 2017; Barcelos; Rodrigues, 2017; Duquia *et al.*, 2022; Franz; Leite; Rodrigues, 2020; Franz; Rodrigues, 2021; Rodrigues, 2013; Rodrigues; Silva, 2019a, 2019b), que, em geral, analisam as transformações nos modelos de gestão e ensino das instituições. O trabalho de Franz e Rodrigues (2021), por exemplo, propõe o conceito de “Universidade empreendedora”, ao examinar práticas e discursos na Universidade Federal de Pelotas. Contudo, tais estudos ainda não se dedicam a compreender, de forma aprofundada, as mediações entre Universidade e Empresa.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), essas relações são mediadas pela Secretaria de Inovação (SINOVA), que passou a atuar como um órgão executivo central e integrante da Administração Superior da UFSC. É sobre tal órgão, suas ações, políticas, objetivos e modelos de gestão, que recai o interesse em desenvolver essa pesquisa, que tem o objetivo de observar como o processo de empresarização do mundo é capaz de influenciar as relações Universidade-Empresa mediadas pela SINOVA, favorecendo uma reconfiguração do papel da Universidade Federal de Santa Catarina.

Feitas essas considerações iniciais, na seção seguinte são apresentadas as discussões centrais acerca dos Sistemas de Inovação, a relação Universidade-Empresa e os aspectos centrais da teoria da empresarização, na tentativa de apresentar também algumas aproximações e discussões entre as lentes teóricas aqui utilizadas. Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos e, por fim, realizamos a análise e a discussão dos dados coletados.

2 SISTEMAS DE INOVAÇÃO, RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA E O PROCESSO DE EMPRESARIZAÇÃO

A noção de SNI, segundo Azevedo (2016), é baseada na perspectiva neoschumpeteriana, que destaca a importância da interação entre governo, empresas e universidades para o desenvolvimento tecnológico de um país. No Brasil, o SNI ainda é considerado imaturo, devido a fatores históricos como a escravidão, a pobreza e o atraso na consolidação da educação e da pesquisa (Suzigan; Albuquerque, 2011). Compreender o SNI implica analisar os sistemas de aprendizado nacionais, especialmente diante das rápidas mudanças tecnológicas que valorizam o conhecimento tácito (Lemos, 2013). Autores como Pereira e Dathein (2012), convergindo com os apontamentos de Edquist (2001), enfatizam que os SNIs devem ser entendidos como conjuntos inter-relacionados de componentes e que a inovação deve ser vista como uma criação com valor econômico.

As interações entre universidades e empresas são fundamentais para o funcionamento do SNI, pois as universidades produzem conhecimento e as empresas promovem inovações. Essas relações trazem benefícios mútuos, mas precisam ocorrer dentro de um regime institucional, que regule diretrizes e minimize obstáculos como burocracias e a dependência exclusiva de financiamento estatal (Azevedo, 2016). Lemos (2013), com base em Edquist e Johnson (1997), destaca que a inovação é um processo complexo, que exige estruturas institucionais capazes de reduzir incertezas, gerenciar conflitos e incentivar a cooperação, a partir de mecanismos que envolvam tanto indivíduos quanto grupos organizacionais.

Para além das Universidades, o Estado também tem um papel central nesse processo, podendo intervir em diversos aspectos da vida econômica, como financiamento, regulação e promoção da educação e da pesquisa (Santos, 2014). Tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento utilizaram essa atuação estatal para impulsionar avanços tecnológicos. No que diz respeito às parcerias entre universidades e empresas, estas costumam ser benéficas para a inovação, mas também apresentam riscos, como a perda de autonomia acadêmica, a orientação da pesquisa por interesses privados e a possível privatização dos resultados. Por isso, é essencial que essas colaborações ocorram com salvaguardas que preservem o papel social da universidade (Arza, 2010; Lemos, 2013).

Estudos recentes sobre o tema apontam que algumas dessas relações e interações das Universidades com Empresas, tem resultado em mudanças significativas no papel das Universidades, para que se adaptem às necessidades das organizações, tornando cada

vez mais necessário o papel empreendedor das Universidades (Doin; Rosa, 2019; Gazzeta; Kato-Cruz; Endo, 2020; Lemos; Cario, 2017). Em contrapartida, alguns autores defendem que essa aproximação entre Universidade-Empresa é problemática e vem sendo criticada.

Para Dagnino (2004), esse modelo é coerente com a visão neoliberal que servia, e ainda serve, de orientação especialmente em políticas e governos de países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil, resultando na prática em medidas que variam desde o estrangulamento do complexo público de pesquisa e ensino, até os Fundos Setoriais e a Lei da Inovação, levando a Universidade a abandonar sua identidade e seus fins tradicionais. Assim, se serve cada vez mais aos interesses do capital, muito representado pelo setor empresarial, passando a ser aceita a ideia de que:

[...] a pesquisa universitária deve interessar as empresas não porque seus resultados sejam diretamente aplicáveis, mas sim porque ela treina os pesquisadores capazes de conceber tecnologias, em seus centros de P&D, que as tornem competitivas (Dagnino, 2004, p. 301).

O ponto em questão é que a cooperação universidade-empresa, para inovação e desenvolvimento, não é em si um malefício, especialmente diante das inúmeras pesquisas existentes que destacam uma série de contribuições oriundas dessa relação. No entanto, como muito bem apontado por Machado e Bianchetti (2011, p. 252):

A questão é: a quem legitimamente pertencem as descobertas e inovações decorrentes do trabalho dos pesquisadores? São necessários dispositivos (políticas públicas) que impeçam as empresas de se apropriarem da força de trabalho dos intelectuais e, especialmente, de seus resultados, deles extraíndo mais valia, o que caracteriza a subsunção da universidade à empresa, e descaracteriza a vocação da primeira. Afinal, a produção econômica e social deve ser apropriada de maneira irrestrita e não ser cativa ou privilégio dos poderosos da sociedade. Caso patentes de descobertas e inovações fossem custeadas por empresários, mas seus royalties garantidos aos pesquisadores e universidades que os abrigam, os lucros realimentariam a ciência, ao invés de contribuírem para a acumulação de capital privado.

No atual estado das coisas, em que o elemento indutor do desenvolvimento econômico, assim como do progresso social de um país, tende a ser reduzido à competitividade das suas empresas, a relação U-E exige cada vez mais uma postura proativa de “acadêmicos empreendedores” (Dagnino, 2004). Essa postura vem sendo exigida dentro das Universidades das mais diversas maneiras, desde o produtivismo acadêmico à mudança do papel do pesquisador/professor e a adaptação e orientação das pesquisas aos interesses do mercado.

Instaura-se cada vez mais a premissa, de que o modelo empresarial é sempre mais eficaz que a administração pública, menos burocrático, mais flexível, mais inovador e mais reativo (Dardot; Laval, 2016) e que, por essas razões, deve ser disseminado e implementado em esferas que nada tem de empresariais, como o caso das Universidades. Esse é o movimento e o discurso que se torna comum, naturalizado e amplamente

disseminado no mundo moderno, que contribui para que nos tornemos cada vez mais uma sociedade de empresas.

O processo que torna a empresa uma instituição central no mundo moderno, para Solé (2008), começa já entre os séculos XI e XII, na Europa, e continua na nossa época. O mundo-empresa, como chama o autor, traz cinco manifestações centrais e comuns da empresa, que são tomadas como naturais no mundo moderno, dentre elas: a sua presença global; a crescente ocupação de atividades e relações humanas pelas empresas; a empresa como modelo para outras organizações e comportamentos; a sua influência crescente sobre a vida das pessoas e a interiorização dos seus valores mesmo fora do ambiente organizacional (Solé, 2008; Rodrigues; Silva, 2019a). Uma outra característica do mundo-empresa é a própria concepção de felicidade, definida como a melhor forma de viver que cada mundo delinea para si. No mundo moderno, Solé (2008), entende que a felicidade está em satisfazer necessidades e, para isso, trabalhamos para ter dinheiro que nos permite comprar bens e mercadorias, mantendo a própria lógica do consumo e de acumulação, legitimando a empresa como a principal produtora da nossa percepção de felicidade.

A empresa parece tomar o espaço de instituições tradicionais como o Estado ou a Igreja, que durante tanto tempo foram instituições centrais no ocidente, implicando uma nova ordem social, tornando-se referência para qualquer espaço e contribuindo para a expansão do processo de empresarização, isso é, a generalização da ideia de empresa para todos os espaços. A emergência da sociedade moderna e o predomínio do ideário capitalista, proporcionaram a expansão expressiva dessa generalização da empresa como referência para espaços que nada tem de empresariais, até o mais subjetivo de todos, do próprio indivíduo, dessa forma, “[...] as relações construídas, a linguagem utilizada, os valores perseguidos, o mundo, enfim, vem sendo pouco a pouco contaminado com a ideia de que tudo e todos são, de alguma forma ou em algum grau, empresas” (Rodrigues; Silva, 2019a, p. 43).

Os trabalhos iniciais sobre esse fenômeno partem da compreensão e da contextualização de Andreu Solé e Yves-Marie Abraham, ex-aluno de Solé, assumindo, portanto, o conceito de empresa, sob a perspectiva desses autores. Na visão de Solé (2008), a empresa é um conjunto de relações entre humanos e possui características específicas, como a contabilidade, a hierarquia, a disciplina, a divisão de tarefas e sempre visam ao lucro. Dentre os trabalhos realizados no Brasil, na área dos estudos organizacionais, iniciados nos anos 2000 e que utilizaram essencialmente os estudos de Solé, nos deparamos com trabalhos que se preocupam com três determinadas instituições, a saber: as instituições religiosas (Gonçalves; Serra; Costa, 2007), as instituições esportivas (Costa; Silva, 2006; Durieux, 2005; Rodrigues; Silva, 2006a, 2006b) e, por fim, as instituições culturais (Rodrigues; Silva; Dellagnelo, 2014; Tavares, 2011; Vargas; Rodrigues, 2019).

A partir do trabalho de Abraham (2006) e Solé (2008), inspirado em Émile Durkheim, entende-se a necessidade de aprofundar estes estudos e compreender o que sustenta a organização. Por isso, o autor passa a compreender a empresa como uma

instituição composta por um conjunto de regras e procedimentos aceitos e sancionados pela sociedade, que promovem ordem e coesão social.

Dentre as pesquisas no Brasil, na área dos Estudos Organizacionais, um campo da Ciências da Administração, que se detêm aos pressupostos de Abraham (2006) e exploram os hábitos coletivos, encontramos um novo conjunto de análises com objetivos diferentes dos citados anteriormente que utilizavam o cabedal teórico de Solé. Destaca-se aqui, os estudos sobre políticas públicas para a agricultura familiar (Araújo; Silva, 2016), o estudo sobre a mídia (Rodrigues, 2013, 2021) e os estudos sobre a educação (Badia, 2017; Barcelos; Rodrigues, 2017; Duquia *et al.*, 2022; Franz; Rodrigues, 2021; Rodrigues, 2021; Rodrigues; Silva, 2019a, 2019b).

Esse conjunto de regras e procedimentos implicam uma associação de cinco modos de agir e pensar (Rodrigues; Silva, 2019a), que norteiam o comportamento empresarial, dentre eles: o individualismo e a invenção da realidade econômica baseada no lucro e na riqueza material, promovendo um comportamento individualista, isolamento e busca incessante por necessidades pessoais; o mito fundador da escassez, que parece tornar a escassez de recursos e a eficiência no uso deles na base da economia, já que a busca pelas necessidades ilimitadas é uma das maiores forças de ação dos indivíduos; o racionalismo e a dominação descritos por Weber expressados na empresa capitalista, em que a dominação administrativa se dá por regras racionais, hierarquias, qualificação profissional e burocracia formalizada; a propriedade privada, apropriação e exploração, associada à liberdade e igualdade no discurso liberal que servem de base para práticas de exploração, expropriação e assalariamento, bem como a inovação, o desenvolvimento e o mito do progresso, que se tornou na sociedade moderna uma forma de crença e de ideologia. Ao contrário da noção de crescimento, o desenvolvimento econômico é impulsionado pelo progresso técnico e está intimamente relacionado com a geração de inovações promovidas pelos empresários e, conseqüentemente, pelas empresas, consolidando a empresa como agente central da sociedade moderna.

Esses modos de agir e pensar, que caracterizam o comportamento empresarial, podem ser observados socialmente, a partir de uma série de relações sociais presentes nos comportamentos e ações individuais, a saber: as relações impessoais, as relações de trabalho ou funcionais, as relações de dominação, as relações de exploração ou assalariamento e, por fim, as relações concorrenciais (Abraham, 2006; Rodrigues; Silva 2019a, 2019b).

O cabedal teórico sobre o processo de empresarização exposto até aqui, especialmente os achados de Abraham, serviram de lente durante a análise dos dados encontrados nesse estudo, para observar a partir dos modos de agir e pensar, como o processo de empresarização se dissemina e repercute em outros espaços sociais, especialmente, no ambiente das Universidades. Ademais, é possível que tais pressupostos estejam presentes, nas relações entre Universidade e Empresas que são mediadas pela SINOVA, objeto de estudo no respectivo trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza por ser de natureza descritivo-interpretativa e por utilizar uma abordagem essencialmente qualitativa para responder ao objetivo central da pesquisa, que consiste em observar como o processo de empresarização do mundo é capaz de influenciar as relações Universidade-Empresa mediadas pela SINOVA, favorecendo uma reconfiguração do papel da Universidade Federal de Santa Catarina. Para isso, buscou-se conhecer detalhadamente tal realidade, a partir da técnica do estudo de caso, como uma forma de pesquisa que se define pelo interesse em casos individuais em um determinado contexto da vida real, contribuindo para a definição do campo e dos sujeitos da pesquisa (Stake, 1995).

A coleta de dados conta com a técnica de entrevista semiestruturada, originada a partir de questionamentos sustentados na discussão teórica, que se relaciona com a pesquisa e que ampliam o campo dos questionamentos e das discussões no decorrer da entrevista (Triviños, 1987). O roteiro elaborado possui 16 perguntas abertas, que nortearam a entrevista e permitiram discussões sobre o assunto. A entrevista realizada com um dos ex-membros da SINOVA foi autorizada e gravada na forma de áudio e, posteriormente, transcrita integralmente, sendo preservada a identidade da/o entrevistada/o, identificada/o aqui como "Entrevista 1". A entrevista teve 01h03min de duração, realizada no mês de outubro de 2023.

Além disso, para contribuir com as discussões e evidências da pesquisa, foi feita uma coleta de dados secundários a partir do levantamento do material pertinente disponível nos portais institucionais da SINOVA (site, página no Youtube e Instagram), assim como das atividades e informações ali divulgadas de livre acesso nos portais. Contou-se aqui com relatórios de gestão, legislações e portarias utilizadas pela SINOVA, entrevistas, palestras e divulgações disponíveis em vídeos institucionais no Instagram, Youtube e no site institucional da secretaria, assim como publicações escritas disponíveis nesses canais acerca das atividades realizadas.

No que concerne ao nível de análise dos dados encontrados ao longo da construção do trabalho, é feita uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), especialmente, devido à natureza descritivo-interpretativa do estudo, que conforme Triviños (1987), combina a descrição detalhada dos dados com uma interpretação crítica e contextualizada dos significados neles contidos. Tal abordagem se fundamenta em três pilares principais: os resultados empíricos obtidos, a sustentação teórica e a experiência do(a) pesquisador(a), compondo, assim, um corpo analítico integrado.

Por essa razão, a análise foi conduzida em três etapas, conforme o modelo de Bardin (2016). Primeiramente, é feita uma pré-análise do material encontrado a partir do levantamento e da seleção do conjunto de dados, além de uma primeira leitura cuidadosa de todo o material. Posteriormente, é feita uma exploração mais profunda dos dados, a partir de leitura, organização e agrupamento em temáticas centrais, que emergiram dos dados, especialmente pela sua recorrência e serviram de guia para a organização e estruturação da análise. Por fim, realiza-se o tratamento dos resultados,

a partir da interpretação das informações obtidas à luz do referencial teórico, assim como breves sínteses e apontamentos na tentativa de trazer resultados que contribuam para a discussão aqui presente. Essa abordagem permitiu uma análise sensível aos conteúdos simbólicos, discursivos e organizacionais do material empírico, conferindo densidade interpretativa ao estudo e favorecendo a construção de um conhecimento crítico e situado.

Cabe destacar que optamos pela não utilização de categorias de análise *a priori*, admitindo-se que a organização temática e as principais características a serem observadas emergissem do campo de análise. Após uma leitura atenta do material coletado, assim como uma primeira análise cuidadosa desse material, foi possível elencar dois grandes temas que tiveram destaque ao longo da coleta de dados, tanto pela recorrência como pela relevância dado o contexto do campo analisado. O agrupamento dos dados que remetem a esses dois temas resultou na estruturação das seções que compõem a análise dos dados: a) Universidade, empresa, inovação e empreendedorismo e b) do mercado para a universidade. Esses dois eixos centrais serão explorados e discutidos com mais profundidade nas seções seguintes.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção se propõe a apresentar as análises dos resultados obtidos pela coleta de dados, a fim de discutir, à luz do que já foi apresentado na introdução e no referencial teórico do trabalho, como o processo de empresarização do mundo é capaz de influenciar as relações Universidade-Empresa, mediadas pela SINOVA, favorecendo uma reconfiguração do papel da Universidade Federal de Santa Catarina. Devido à natureza desse trabalho, optou-se, em um primeiro momento, por traçar uma breve contextualização, trazendo uma perspectiva histórica do surgimento da SINOVA, bem como as suas principais práticas, propósitos e atividades, apresentando um caráter descritivo da análise. Posteriormente, dá-se início às discussões e às interpretações do material oriundo da coleta de dados, tanto das fontes primárias como secundárias, à luz do referencial teórico.

4.1 Contextualização do campo empírico: um breve histórico da SINOVA

Pretende-se, nesta seção da análise dos dados, abordar o contexto histórico da SINOVA, desde os anos iniciais, trazendo as suas principais atividades e os seus objetivos, que se encontram cuidadosamente descritos nos portais institucionais e são também corroborados com as falas de gestoras/es e alguns membros da SINOVA que prestam depoimentos a partir de vídeos institucionais e relatórios de gestão. Cabe destacar aqui, que a entrevista realizada durante a coleta de dados foi feita com um dos membros que compôs a primeira gestão do SINOVA, no período de 2009 a 2016, por essa razão, as falas trazidas nessa entrevista são cruciais para compreender os primeiros passos e as mudanças da SINOVA ao longo dos anos.

De acordo com o portal institucional da SINOVA (Sinova, 2023), tudo começa em 1981 com a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), formado por três pessoas: um coordenador, um assistente em administração e um estagiário. Dentre as suas funções, cabiam os assuntos relacionados à propriedade industrial e transferência de tecnologia⁴, além de realizar palestras para alunos e professores e cursos de capacitação em gerência de sistemas de informação.

No ano de 2002, a Resolução n° 014/CUn/2002 (Universidade Federal de Santa Catarina, 2002) criou a Coordenadoria de Gestão da Propriedade Intelectual (COGEPI) vinculada à PRPPG, com o objetivo de promover políticas para o fortalecimento da ciência e da tecnologia na UFSC, estabelecer normas para a proteção das pesquisas desenvolvidas na Universidade ou com a sua participação e a determinação dos critérios para o ganho financeiro das pesquisas com a exploração comercial da propriedade protegida. É a partir desse período, que passou a ter uma maior preocupação com a detenção de titularidade dos objetos de propriedade intelectual, como fica bastante claro em uma das falas da Entrevista 1 (2023), quando afirma que todo esse período de atividade inicial foi de um aspecto jurídico voltado especificamente para a proteção de propriedade intelectual.

As informações disponíveis no portal institucional da SINOVA revelam que a secretaria passou por diversas transformações até alcançar a sua configuração atual, especialmente a partir de 2004, quando a:

Portaria n° 317/GR/2004 estabeleceu o Departamento de Gestão da Propriedade Intelectual (DEGEPI) vinculado à PRPPG. Nesse mesmo ano, mais uma mudança aconteceu: a Portaria n° 956/GR/2004 criou o Departamento de Propriedade Intelectual (DPI) com vínculos com a recém-criada Pró-reitora de Pesquisa (PRPe). No ano de 2007, as Portarias n° 337/GR/2007 e n° 338/GR/2007 renovaram o NIT e criaram o Comitê de Inovação. Essas portarias seguem os parâmetros estipulados na Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a qual 'estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País' (SINOVA, 2023).

Nesse contexto, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) desempenha um papel crucial na coordenação de medidas destinadas a fomentar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica, bem como na gestão de questões relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia. Paralelamente, o Comitê de Inovação assume a responsabilidade de supervisionar as atividades de inovação, pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de formular políticas relacionadas a projetos, propriedade

⁴ Cabe destacar que, nesse período, a titularidade das patentes permanecia no nome dos inventores ou no nome das empresas parceiras da pesquisa.

intelectual, segredos industriais, transferência de tecnologia e estímulo à inovação no âmbito da UFSC.

O período que antecede a criação da SINOVA tal qual é hoje, demonstra um propósito um tanto distinto das atividades que realiza atualmente. Conforme mencionado na Entrevista 1 (2023):

Foi no final da minha gestão (2016-2017) que nós criamos a SINOVA, antes disso, a nossa proposta era uma agência de inovação [...] a nossa proposta não era uma secretaria de inovação [...] A gente entendia que uma agência de inovação é 'para fora', da universidade 'para fora', enquanto a secretaria de inovação é da universidade 'para dentro', sendo apenas mais um órgão da universidade que faz isso. A nossa ideia era ser mais agressivo na captação de empresas para parcerias, uma agência de inovação como existe nas grandes universidades tecnológicas brasileiras, por exemplo, na Unicamp, na UFRJ e na UFMG, enquanto aqui é Secretaria de Inovação. Para mim, mais do mesmo.

Ainda conforme relatado no portal institucional da SINOVA ([s.d.]), foi apenas em 2016 que o então Departamento de Inovação Tecnológica (DIT) foi transformado em Agência de Inovação da UFSC (AGIUFGSC), passando a ser vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa. Nesse mesmo ano, também foi criada a Secretaria de Inovação (SINOVA), que passou a atuar como órgão executivo central, integrando a Administração Superior da UFSC.

Dentre os principais objetivos da SINOVA, destacam-se a proteção de criações intelectuais decorrentes das pesquisas acadêmicas⁵ e a transferência desses conhecimentos para o setor produtor de bens e serviços. A mudança no papel institucional da SINOVA, que passa a preocupar-se muito mais com a proteção intelectual, parece ser desencadeada pelas dificuldades encontradas pela universidade, ao realizar as parcerias com empresas para promoção de inovação. Já no começo da Entrevista 1 (2023), essas dificuldades aparecem com a seguinte fala:

Eu acho que o nosso papel maior na época era trazer a inovação para dentro da nossa comunidade e tentar também mediar essa relação da universidade com empresas, porque nós tínhamos problemas sérios com isso. Muitos professores que desenvolviam projetos com Petrobrás e com a Embraco por exemplo, e essas parcerias não eram muito adequadas, porque o retorno para a universidade não ficava claro [...] O pesquisador vai junto da empresa e acha que a empresa é bem 'fofinha' porque está dando uma bolsa para dois ou três orientandos e aí cai nesse negócio de propriedade intelectual e de conhecimento compartilhado que precisa ter retorno para a instituição, né? Sempre acham que tudo isso é uma burocracia, aí tem um problema com ele dez anos depois e ele fica desesperado, certo?

⁵ Cabe destacar que a proteção da Propriedade Intelectual envolve patentes, bem como programas de computador, topografias de circuito integrado, marcas, desenho industrial e cultivares, além de obras literárias, científicas e artísticas.

As questões apresentadas até aqui, parecem ter influenciado tanto nas transformações como na consolidação da Secretaria de Inovação tal qual ela é hoje. Cabe destacar que, nos anos seguintes, houve duas mudanças na gestão da supracitada secretaria: uma gestão durante o período de 2017 a 2019 e a atual gestão, que começa no ano de 2020. O que se apresenta nos relatórios de gestão encontrados sobre cada um desses períodos e o que se revela nos portais institucionais e na Entrevista, são perspectivas diferentes e que em muitos momentos não coadunam entre si acerca do papel desempenhados tanto pela SINOVA, como pela universidade, assim como as próprias interações feitas com outras organizações. Tais aspectos serão discutidos com mais profundidade nas seções seguintes.

4.2 Universidade, empresa, inovação e empreendedorismo

Desde a criação da SINOVA, parece existir um conflito de interesses e objetivos desenvolvidos pela referida secretaria, seja pela visão de cada um dos gestores ou, até mesmo, pela forma como as relações entre universidade e outras organizações, especialmente empresas, são dadas. Para além disso, esses conflitos, à luz da teoria da empresarização, parecem ter origem na própria construção da concepção da ideia de empresa e do seu respectivo papel, a sua atuação e a forma como parece se expandir e ultrapassar outros espaços e organizações (Rodrigues; Silva, 2019a, 2019b).

Ao longo da coleta de dados – por entrevistas, consulta a portais institucionais e análise de falas dos entrevistados em vídeos publicados no YouTube e Instagram – foi possível observar a existência de certa incompreensão, ou melhor, um conjunto de diferentes concepções e olhares para os termos escolhidos para o título dessa seção: Universidade, empresa, inovação e empreendedorismo. O fato de existirem essas diferentes compreensões, parece, muitas vezes, resultar em diferentes entendimentos acerca dos limites de atuação e o papel de cada um dos referidos termos e espaços.

No último relatório de gestão⁶ feito pela SINOVA, referente ao ano de 2022, destacam-se além das atividades realizadas pela secretaria, as dificuldades e os desafios encontrados durante a gestão, aspecto que não aparece nos relatórios das gestões anteriores da secretaria. Nas primeiras seções do respectivo relatório, merecem destaque as seguintes questões apontadas:

Ausência de **alinhamento técnico sobre os conceitos de empreendedorismo e inovação** entre professores e técnicos; **Resistência cultural às temáticas**; Ausência de estímulos a iniciativas correlacionadas às temáticas; Sentimento de **insegurança** jurídica sobre o **papel do professor**; Falta de regramentos claros, principalmente no que tange à criação de startups e *spinoffs*; **Morosidade nos processos**, que são descritos como

⁶ Os relatórios de gestão são produzidos anualmente, de forma a divulgar as atividades realizadas pela SINOVA. Com esses relatórios, divulgam-se os dados sobre transferência de tecnologia, propriedade intelectual e empreendedorismo. Tais documentos se encontram disponíveis no portal institucional da SINOVA.

burocráticos em sua maioria; Comunicação não efetiva entre os setores da Universidade; Percepção que não há habitats de inovação relevantes na instituição frente aos presentes no ecossistema local de inovação; Falta de gestão do conhecimento organizacional. Pesquisadores não se conhecem, não sabem que pesquisas, ou iniciativas de extensão, similares, ou complementares, estão acontecendo, **não havendo um estímulo ao interdisciplinar**; Estrutura física defasada, em especial, não há atenção para manutenção do que existe; Necessidade de um posicionamento mais efetivo da UFSC dentro do ecossistema de inovação, posicionando-se como ator de conhecimento e criando regramentos para a comunicação efetiva com os demais atores; **Necessidade de trabalhar linhas que promovam a inclusão, a diversidade e o empreendedorismo social** (Grifos dos autores).

Trazer tais questões apontadas no relatório são cruciais para compreender as dificuldades enfrentadas atualmente pela SINOVA nas suas relações entre universidade e empresa e como isso vai se ramificando para outras esferas, criando conflitos e barreiras dentro do ambiente universitário. Ao longo do relatório são apontadas algumas soluções para esses conflitos, no entanto, a intenção aqui é tentar identificar e discutir as origens dessas questões, como elas de alguma forma estão presentes desde a criação da secretaria e como possuem relações com fenômenos que são externos a ela.

A SINOVA, apesar de fazer parte da estrutura organizacional da UFSC e ter como objetivo central a proteção da propriedade intelectual dos mais diversos tipos de pesquisas e conhecimentos científicos, assim como a transferência desse conhecimento para outras esferas, carrega consigo um discurso muito marcante: a cultura do empreendedorismo. Esse termo, que aparece na página institucional da SINOVA como um dos objetivos a ser promovido pela secretaria, faz-se presente desde a criação desse órgão. Destaca-se aqui, a fala do Professor Josealdo Tonholo (SINOVA, 2017), um dos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT, 2023)⁷ e a fala de Fernando Dolabela (SINOVA, 2016), ambas publicada na página no Youtube da SINOVA, resgatando trechos das entrevistas feitas para o evento "Diálogos SINOVA", respectivamente:

O ideal é que na verdade a gente não tivesse disciplinas de empreendedorismo, nem na graduação, nem na pós-graduação, mas que a cultura do empreendedorismo fosse tocada, fosse tratada, dentro da universidade da mesma forma que a necessidade de falar uma segunda, uma terceira língua, ou da mesma forma que é necessário procurar uma revisão

⁷ Segundo as informações do portal PROFNIT, esse é um Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, *stricto sensu*, dedicado ao aprimoramento da formação profissional para atuar nas competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e nos Ambientes Promotores de Inovação nos diversos setores acadêmico, empresarial, governamental, organizações sociais, dentre outros setores.

bibliográfica, para conseguir entender bem um tema, procurar artigos bem posicionados.

A universidade tem que se transformar num grande hub, network, e fazer com que o aluno tenha ligações com o mundo real, e a Universidade para isso é imbatível. A Universidade tem a facilidade de tecer redes, enquanto ela se isolar do mundo, vai ser muito difícil a Universidade ser protagonista do processo empreendedor. Não vai ser.

Essas falas carregam consigo um discurso de que a universidade, nos moldes no qual ela existe e foi criada não atende às necessidades do mundo real, havendo um distanciamento entre a universidade e a realidade na qual se insere. As falas desses atores são corroboradas por falas que aparecem durante a Entrevista 1 (2023), quando relata que os processos da universidade tendem a ser burocráticos demais, com pouca flexibilidade e baixo dinamismo perante as necessidades do mundo real. Entretanto, quando os atores relatam essas questões, tendem a trazer soluções muito próprias do meio empresarial, aplicando uma linguagem (Rose, 1988) carregada de termos e aspectos gerencialistas, reproduzindo a lógica da eficiência, do comportamento empreendedor (por parte das universidades, dos alunos e professores) e da flexibilidade para o meio acadêmico.

Nesse sentido, independentemente do tipo da pesquisa ou do conhecimento desenvolvido na universidade, as/os professoras/es, as/os alunos e as/os pesquisadoras/es, são constantemente convidados a empreender, corroborando com os estudos de Dardot e Laval (2016). Dissemina-se um amplo entendimento, de que o mercado, e apenas ele, é capaz de dar algum retorno social do conhecimento produzido na academia, provavelmente na forma de um novo produto, uma inovação.

A ideia de inovação, de desenvolvimento e a ideologia do progresso (Abraham, 2006), usados de maneira peculiar no mundo moderno e reduzidos às variáveis essencialmente econômicas, consolidam-se pelos moldes empresariais (Rodrigues; Silva, 2019a), e passam a repercutir na produção e reprodução do conhecimento científico e acadêmico. O sentimento de insegurança presente na universidade com relação ao papel do professor nesse processo e, conseqüentemente, as mudanças desse papel exigidas por esse modo de enxergar a universidade, podem ser observados também durante a Entrevista 1 (2023):

É muito engraçado. O 'cara', faz um concurso para ser professor de uma instituição pública e depois que ele entra, ele passa a se comportar como um empresário, né? A gente tem esse perfil que achava que a gente 'tava' só atrapalhando, sabe? Mas não, a gente estava querendo garantir os direitos da instituição. Tem muitas empresas que tinham uma relação assim com o pesquisador 'olha eu te dou uma bolsa e compro material' e ficava de 'boca'. Sempre teve. É o nosso trabalho criar essa cultura de propriedade intelectual na universidade.

Durante este trecho da Entrevista, fica claro que disseminar a importância de proteger o conhecimento produzido na universidade para fins acadêmicos, científicos e

sociais e não apenas mercadológicos, foi uma barreira enfrentada pela SINOVA. Quando se consolida a visão de que deve existir uma cultura empreendedora na produção do conhecimento, intensifica-se também um tipo de expropriação do conhecimento por empresas lucrativas e autônomas que podem utilizar desse conhecimento livremente (Weber, 2004), carregando uma espécie de relação assalariada, nos termos mercantis, entre empresa e pesquisador. Na página institucional do SINOVA (2023), no espaço para dúvidas frequentes, essa visão se repete quando se trata sobre Transferência de Tecnologia Licenciamentos e Cessões da Propriedade Intelectual, conforme o seguinte trecho extraído da página:

Ao fazer o Licenciamento, o titular cede à outra parte o direito de **comercialização do conhecimento** com o pagamento de *royalties*, conforme acordado entre as partes e especificado em contrato. Com a Cessão, o titular transfere o direito sobre o conhecimento à outra parte, que passa a possuir a Propriedade Intelectual e **pode utilizá-la com bem lhe servir** (Grifos dos autores).

O uso do termo “comercialização do conhecimento”, demonstra um entendimento de que o conhecimento deve ser visto como um produto à disposição do mercado, passível de ser mensurado em um valor essencialmente econômico (Rodrigues; Silva, 2019a). Ainda tratando sobre essa relação assalariada ao qual muitos pesquisadores se submetiam pela falta de cultura à propriedade intelectual, durante a Entrevista 1 (2023), ressalta-se o seguinte aspecto:

Eu não sei hoje, mas naquela época, o professor achava que se ele ganhasse uns ‘caraminguás’ ali estava bom. ‘Que maravilha que a empresa comprou equipamento para ele e que a Universidade só está trabalhando!’. [...] os entraves mesmo eram a cultura local, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e inovação, que o professor não entendia e a própria legislação que era um entrave à falta dessa cultura.

Conforme mencionado na Entrevista 1, tais questões tiveram avanços, especialmente, após as mudanças na Lei de Inovação (2016), que flexibilizou procedimentos para a transferência de tecnologia. No entanto, na visão de Dagnino (2004), essas mudanças também legitimaram uma série de ações de empreendedorismo acadêmico no país e que passam a orientar as relações entre os atores envolvidos no processo, que nem sempre se dão de maneira horizontal. Destacam-se aqui, as relações mantidas entre Empresa e pesquisador, que serão mais bem exploradas na seção seguinte.

4.3 Do mercado para a universidade

Uma das perguntas que compunha o questionário semiestruturado utilizado para a pesquisa foi sobre possíveis direcionamentos das pesquisas desenvolvidas de acordo com os interesses/necessidades das empresas parceiras, questão já apontada

por Arza (2010) como algo que privilegia determinadas empresas no mercado. Tal questão revelou aspectos ao longo da entrevista que levaram a criação da respectiva seção. A necessidade desta questão surge, especialmente, diante da seguinte descrição de um dos objetivos principais do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação, disponível no portal institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

[...] fortalecer a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), o Programa MAI/DAI engloba estudantes de graduação e pós-graduação em **projetos de interesse do setor empresarial**, mediante parcerias com empresas, doravante chamadas Empresas Parceiras (Grifos dos autores).

Os termos destacados em negrito no trecho anterior levam a entender que os interesses de pesquisa estimulados no programa de mestrado e doutorado acadêmico incentivados e criados pela SINOVA, partem do interesse do setor empresarial, ou seja, do mercado para a universidade e não o movimento contrário. Na Entrevista 1 (2023), essa questão fica ainda mais explícita, quando reforça que em média 90% das vezes “[...] o pesquisador já tinha ido atrás da empresa, já tinha uma relação e estava expandindo, precisando oficializar essa relação”.

Destaca-se aqui uma implicação, apontada também na Entrevista 1 (2023), uma vez que “[...] isso acaba direcionando aquela pesquisa. Você fica dentro de uma caixa que é a demanda da empresa, que pode ser muito interessante, mas você fica prisioneiro daquela pesquisa”. Para além do direcionamento, baseado nos interesses das empresas e de um certo aprisionamento a tais objetivos, uma vez que os interesses partem do mercado para a universidade, parece ser precário o olhar para outras esferas sociais além de abrir pouco espaço para outras discussões, como a própria ausência de linhas que trabalhem aspectos como a inclusão e a diversidade, conforme apontado no relatório de gestão de 2022, mencionado na seção anterior.

Alimenta-se cada vez mais um discurso de que o progresso técnico, resultado de inovações vindas do mercado, são capazes de resolver questões sociais profundas, muitas vezes, resultado do próprio avanço do sistema capitalista, que se apossa integralmente do conceito de progresso com o desenvolvimento científico e técnico e os seus avanços formidáveis (Dupas, 2007). Esse sistema que exige uma permanente renovação das técnicas para operar o conceito motor schumpeteriano de destruição criativa parece atribuir cada vez mais às universidades e aos pesquisadores o papel de criar produtos novos que serão lançados ao mercado.

Esse é um processo e uma forma de fomentar a produção de conhecimento, que tende a levar pesquisadores a cair em armadilhas do próprio sistema, reproduzindo uma lógica de instrumentalização e objetificação do outro, do conhecimento e dos problemas sociais (Abraham, 2006). Há, assim, uma atomização das formas de observar o mundo, limitando uma visão ampla e interdisciplinar do conhecimento, que faz com que problemas sociais profundos deixem de ser pensados

diante da sua real complexidade, recebendo cada vez mais soluções superficiais, tratando apenas os seus sintomas e não as suas causas (Birochi, 2023). Tais questões são apontadas como dificuldades enfrentadas pela SINOVA, no relatório de gestão de 2022.

Ficar refém das empresas que financiam tais projetos também desencadeia uma falta de socialização do conhecimento produzido no meio acadêmico, algo que fica muito claro durante a Entrevista 1 (2023):

A gente tem termos que a gente manteve de sigilo e confidencialidade, que era estabelecido com a empresa e isso era uma das coisas difícil de ser negociada, porque a empresa quer todo sigilo. Mas o teu orientado tem que defender a tese. E a gente tem a lei da transparência, né? Eu tenho um produto que era uma tese de orientada minha, que foi patentado nos Estados Unidos pela empresa. Ela quis patentear. Mas foi todo esse trabalho de sigilo e confidencialidade para defender. [...] ela precisava defender a tese e a empresa não liberava a publicação do *paper*, porque tinha um acordo que, em vez de *paper*, ela deveria depositar a patente.

Nessa lógica, para ter um bom valor como mercadoria, o conhecimento deve tronar-se escasso (Dupas, 2007), assim como qualquer tipo de recurso disponível na sociedade moderna. Uma outra estratégia dentro desse contexto, é a padronização e socialização pela tecnologia da informação, sendo cada vez mais transformado em mera técnica, acessível a muitos, mas com um valor continuamente depreciado. A escassez e a eficiência, que sustentam a lógica do mercado (Abraham, 2006; Rodrigues; Silva, 2019a), são transpostas para a Universidade, que precisa cada vez mais se adaptar à flexibilidade e à dinâmica urgente do mercado, conforme apontado na Entrevista 1 (2023):

[...] a empresa quer resultado em um ano, mas o pesquisador, bem, ele nem sempre pode ter o resultado em um ano. [...] A empresa tem um time completamente diferente da academia, isso é outro desafio. [...] O pesquisador, a princípio, não está comprometido de colocar um produto no mercado, ele está comprometido em desenvolver uma pesquisa que pode gerar um produto no mercado. A gestão do produto no mercado, isso é responsabilidade da empresa, mas para ela fazer isso, ela quer um *time* curto da instituição.

Essas incoerências entre o “papel” da empresa e o “papel” da universidade, assim como o tempo e lógica de funcionamento entre essas instituições, levam a crer que deve existir mudanças e adaptações constantes da universidade para atender as demandas das próprias empresas parceiras. Consolida-se aqui o discurso e a visão de que o modelo empresarial é sempre mais eficaz do que a administração pública (Dardot; Laval, 2016), no entanto, esquece-se que os objetivos dessas instituições são completamente distintos.

Seria no mínimo insensato negar os benefícios e os avanços proporcionados pelas novas tecnologias, seja para deslocar-se mais rápido, alimentar-se melhor, ter

acesso a recursos medicinais avançados, entre tantas outras melhorias que poderiam ser mencionadas aqui. No entanto, isso também não significa fechar os olhos para as perversidades desses avanços e ter um olhar crítico sobre eles, fazendo questionamentos como a quem esse progresso serve? No contexto brasileiro, é impossível desconsiderar as influências do processo de colonização que resultam ainda em relações de dependência sob o controle de multinacionais que ditam o ritmo do nosso desenvolvimento (Suzigan; Albuquerque, 2011), fazendo o país atuar à serviço dos países centrais e reproduzir práticas de desenvolvimento que muito pouco se adequam a nossa realidade.

Também é indiscutível que estamos em um momento da história, marcado pela alta quantidade de informação e pela rapidez e superficialidade dessas informações. Isso sem dúvida afeta a forma como passamos a receber, produzir e reproduzir conhecimentos, especialmente no meio universitário. Durante a Entrevista 1 (2023), a resposta sobre um possível futuro das Universidades é a seguinte:

Se a nossa continuar tradicional do jeito que ela é, não vejo muito futuro não. A gente não dá conta dessa 'molecada' aí com muita informação. Me preocupa, porque nós estamos aqui, discutindo transferência de tecnologia e propriedade intelectual, e isso pressupõe de um conhecimento que foi gerado, que vem de uma ciência básica, que foi crescendo, crescendo e chegou lá, né? [...] Você pega um estudante hoje em dia, ele quer resposta rápida, sem profundidade. [...] Você não tem ciência com resposta muito rápida e sem profundidade. O que a gente vai transferir daqui uns anos? O que a gente vai inventar, vai descobrir daqui a uns anos, se os nossos pesquisadores estiverem na superficialidade?

Não é por acaso, que os maiores sintomas da sociedade moderna sejam esses, uma vez que essa lógica é gerada pela própria dinâmica do sistema capitalista e é assim que ele se constitui e se sustenta. Apesar disso, as ações, os discursos e as soluções trazidas pela SINOVA são sempre em direção a uma maior flexibilidade, dinamismo e um papel empreendedor da universidade, como pode ser observado nas ações divulgadas pela secretaria, especialmente na sua página no Instagram, em que, majoritariamente, todas as suas ações são nitidamente voltadas para construção de novas empresas dentro da Universidade, que, de alguma forma, comercializam as suas pesquisas na forma de um novo produto.

Além disso, quando se falam em mudanças ou melhorias nas Universidades, parece não ter outra visão que não seja a visão empresarizada, que adota pressupostos como o potencial competitivo, inovador, empreendedor, flexível, sem burocracias, com poucos processos de regulação, com parcerias empresariais e produtora de conhecimento tecnológicos, fundamentalmente. Essa perspectiva, além de reforçar o impacto do processo de empresarização no papel das universidades, parece também reforçar as limitações dos atores imersos nessas formas de agir e pensar, de traçar caminhos próprios para a construção do conhecimento e para novas discussões sobre desenvolvimento e crescimento, que considerem as condições culturais, políticas,

históricas e sociais do contexto brasileiro e não a mera reprodução de modelos utilizados nos países centrais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo observar como o processo de empresarização do mundo é capaz de influenciar as relações Universidade-Empresa mediadas pela SINOVA, favorecendo uma reconfiguração do papel da Universidade Federal de Santa Catarina. Escolher a SINOVA como objeto central desse estudo proporcionou uma análise sob a perspectiva de um órgão, que integra a administração pública e, ao mesmo tempo, é responsável por mediar as relações entre universidade e empresas, com o propósito de promover inovações que contribuam para o desenvolvimento social, político e econômico do país.

Durante a análise, foi possível perceber que, apesar de integrar a administração pública e carregar consigo os princípios dessa instituição, especialmente a impessoalidade, a SINOVA dissemina um discurso e uma orientação muito definida: o discurso empreendedor e a orientação para o mercado. Esse posicionamento da SINOVA não se constitui ao acaso, ele é o resultado de um processo histórico, político e institucional, que faz com que cada vez mais a visão empresarial seja aceita, legitimando e viabilizando o discurso da universidade empreendedora.

A presença marcante desse viés mercadológico para dentro do ambiente universitário, parece fazer com que cada vez mais os atores envolvidos – especialmente novos pesquisadores que ingressam no campo – incorporem essa lógica como natural, tratando todo e qualquer tipo de pesquisa feita na universidade como algo que deve em algum momento, tornar-se um produto, uma inovação econômica e, só assim, ser revertida para a sociedade. Esse processo de empresarização do ensino – que instrumentaliza o conhecimento para transformá-lo em produto – tem gerado incertezas no ambiente acadêmico, tanto por docentes como discentes quanto às finalidades do fazer científico e ao papel social da universidade na contemporaneidade, limitando o debate sobre futuros possíveis para a instituição, ao priorizar soluções que replicam modelos empresariais.

Nesse sentido, a influência do processo de empresarização do mundo nas relações U-E para uma possível reconfiguração do papel da universidade, pode ser percebida tanto na maneira como tais relações vêm sendo mediadas pela SINOVA, quanto nas implicações trazidas por essas interações e pela difusão de uma cultura empreendedora no ambiente acadêmico. Além disso, os atores envolvidos apontam a necessidade de uma estrutura organizacional universitária mais flexível, dinâmica, competitiva, empreendedora e orientada à inovação. Essa demanda, no entanto, abarca distintas perspectivas de projetos institucionais e interesses em disputa, o que torna essencial refletir criticamente sobre os rumos dessa transformação e os seus possíveis efeitos sobre a missão pública da universidade.

O esforço realizado aqui, buscou discutir as relações entre universidade e empresa a partir de uma perspectiva crítica, que não apenas analisa como essas relações se configuram, mas também se volta às implicações que elas trazem e como nos ajudam a refletir sobre os possíveis futuros da universidade pública. Dentre as limitações desse trabalho, aponta-se a dificuldade de maior inserção no campo de análise e as dificuldades de acesso a entrevistas para realizar a pesquisa. Como sugestão de estudos futuros, novas associações de lentes teóricas para esse fenômeno, assim como uma maior participação no campo e entrevistas com gestoras/es atuais, podem trazer dados que contribuam para o avanço da discussão.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Y.-M. A empresa é necessária? In: DUPUIS, J.-P. (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montreal: Gaëtan Morin Editeur, 2006. p. 123-145.

ARAÚJO, A. Z.; SILVA, R. C. da. A agricultura familiar e a expansão das relações sociais derivadas da empresa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 85-112, abr./set. 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/690>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ARZA, V. Channels, benefits and risks of public-private interactions for knowledge transfer: a conceptual framework inspired by Latin America. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 37, n. 7, p. 473-484, ago. 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/spp/article-abstract/37/7/473/1672051?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 24 nov. 2025.

AZEVEDO, P. **A interação UFSC e Petrobras para o desenvolvimento inovativo sob a óptica institucionalista-evolucionária**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169206>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BADIA, O. de C. **O posicionamento das empresas de educação na construção do Plano Nacional de Educação 2014-2024**: uma análise a partir da teoria da empresarização. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BARCELOS, M.; RODRIGUES, M. S. Concepções de política pública e práticas discursivas: uma análise sobre as políticas para a educação superior nos governos Lula (2003-2010). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas/Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, Arizona, v. 25, n.123, p. 1-25, dez. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275050047099.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROCHI, R. Uma pesquisa sobre inovações sociais no campo da administração: grandes oportunidades e armadilhas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÕES FRUGAIS, 1., 2023, Florianópolis. **Apresentação (Seminário)**. Florianópolis: UNISUL, 2023.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DqRII7Ot9Jo>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CLOSS, L. Q.; FERREIRA, G. C. A transferência de tecnologia universidade-empresa no contexto brasileiro: uma revisão de estudos científicos publicados entre os anos 2005 e 2009. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 19, n. 2, p. 419-432, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/Z4Xqfg7djc7KfrgBcmdfLjF/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

COSTA, C. E. S. da; SILVA, R. C. da. Empresarização e controle organizacional: um estudo nos clubes de futebol de Santa Catarina. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-16, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/nT8t6ZXng7vq788s9fNFjCs/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

DAGNINO, R. A relação universidade-empresa no Brasil e o argumento da hélice tripla. **Revista de Ciências Sociais**, Toluca, México, v. 11, n. 35, p. 267-307, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/105/10503510.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOIN, T.; ROSA, A. R. Interação universidade-empresa-governo: o caso do programa de cooperação educacional para transferência de conhecimento Brasil-Cingapura. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 940-958, out. 2019. DOI 10.1590/1679-395174725. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/nHCPJMdSPsDQMnh55ncRJsS/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 73-89, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vSJfnDnZJfTkZGbLKdK45RN/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025

DURIEUX, A. **O processo de empresarização do voleibol catarinense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DUQUIA, A. A. *et al.* Políticas públicas e estudos organizacionais: uma articulação teórica para analisar as formas organizacionais dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (Brasil). **Education Policy Analysis Archives**, Tempe, v. 30, n. 142, p. 1-31, set. 2022. DOI 10.14507/epaa.30.6776. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6776>. Acesso em: 30 jun. 2025.

EDQUIST, C. The systems of innovation approach and innovation policy: an account of the state of the art. *In*: DRUID CONFERENCE, 2001, Aalborg. **Anais [...]**. Aalborg: Aalborg University, 2001. Disponível em: <https://www.druid.dk/conferences/summer2001/papers/edquist.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Instituições e organizações em sistemas de inovação. *In*: EDQUIST, C. (ed.). **Sistemas de inovação**: tecnologias, instituições e organizações. Londres: Pinter Publishers, 1997. p. 41-63.

FRANZ, A. H.; LEITE, E. S.; RODRIGUES, M. S. O processo de empresarização e o discurso da universidade empreendedora: uma análise da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 28, n. 177, p. 1-31, nov. 2020. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5325>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FRANZ, A. H.; RODRIGUES, M. S. Da universidade operacional à universidade empreendedora: reflexões sobre o avanço do neoliberalismo na educação superior brasileira. **Simbiótica - Revista Eletrônica**, Vitória, v. 8, n. 1, p. 53-85, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/35433>. Acesso em: 24 nov. 2025.

GAZZETTA, A. G. C.; KATO-CRUZ, E. M.; ENDO, G. Y. Cooperação universidade-empresa: revisão sistemática integrativa em periódicos nacionais de 2009 a 2020. **South American Development Society Journal**, São Paulo, v. 6, n. 18, p. 20-35, dez. 2020. Disponível em: <https://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/314/307>. Acesso em: 09 maio 2025.

GONÇALVES, J. C. de S.; SERRA, A.; COSTA, C. E. S. A empresarização do sagrado: um estudo sobre a estruturação de igrejas protestantes brasileiras. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 1-14, nov. 2007. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez257.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=all&id=W2002850272>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LEMOS, D. da C. **A interação universidade-empresa para o desenvolvimento inovativo sob a perspectiva institucionalista-evolucionária**: uma análise a partir do sistema de ensino superior em Santa Catarina. 2013. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013.

LEMOS, D. da C.; CARIO, S. A. F. Os sistemas nacional e regional de inovação e sua influência na interação universidade-empresa em Santa Catarina. **REGE-Revista de Gestão**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 45-57, abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/131531>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LUNDEVALL, B. Å. National Innovation Systems—Analytical Concept and Development Tool. **Industry and Innovation**, Abingdon, v. 14, n. 1, p. 95-119, fev. 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13662710601130863>. Acesso em: 09 maio 2025.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 244-254, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HhVmD7c5VMpzJkL8zLhvh8C/?format=html&lang=pt> Acesso em: 24 nov. 2025.

PEREIRA, A. J.; DATHEIN, R. Processo de aprendizagem, acumulação de conhecimento e sistemas de inovação: a “coevolução das tecnologias físicas e sociais” como fonte de desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 137-166, mar. 2012. DOI 10.20396/rbi.v11i1.8649029. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649029>. Acesso em: 09 maio 2025.

PROFNIT. **Página inicial**. Plataforma digital. 2023. Disponível em: <https://profnit.org.br/#>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RODRIGUES, M. S. **O novo ministério da verdade**: o discurso de Veja sobre o campo do ensino superior e a consolidação da empresa no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, M. S. O novo ministério da verdade: o discurso de Veja sobre o ensino superior e a consolidação da ideia de empresa no Brasil (1968-2020). **Discurso & Sociedad**, Alicante, v. 15, n. 2, p. 464-497, jun. 2021. DOI 10.14198/dissoc.15.2.9. Disponível em: <https://revistes.ua.es/dissoc/article/view/29655>. Acesso em: 09 maio 2025.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da. Empresarização no Figueirense Futebol Club e no Sport Club Internacional. **Gestão. Org**, Recife, v. 4, n. 3, p. 38-54, ago. 2006a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21491>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da. Clientes ou torcedores: a empresarização do futebol no Brasil. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 13, n. 2, p. 167-184, ago. 2006b. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/159>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da. Empresarização e modernidade: a ideia de empresa no centro do mundo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 40-76, abr. 2019a. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/147>. Acesso em: 09 maio 2025.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da. Nova república, novas práticas: uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990-2010). **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade (Farol)**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 176-218, abr. 2019b. DOI 10.25113/farol.v6i15.4855. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4855>. Acesso em: 09 maio 2025.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da; DELLAGNELO, E. H. L. O processo de empresarização em organizações culturais brasileiras. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 66-85, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11160>. Acesso em: 09 maio 2025.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. *In*: SILVA, T. T. da. (org.). **Liberdades regulamentadas**. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 30-45.

SANTOS, E. C. do C. Papel do Estado para o desenvolvimento do SNI: lições das economias avançadas e de industrialização recente. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 433-464, 2014. DOI 10.1590/S0104-06182014000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/XCvqpPvsjDBpfyQfCVnFSss/?lang=pt>. Acesso em: 09 maio 2025.

SINOVA. **Inovação e Empreendedorismo (Sinova)**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: <https://sinova.sites.ufsc.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SINOVA. **Diálogos Sinova #4 O que é o ProfNIT** - Prof. Josealdo Tonholo. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=QhizNj_EfTA. Acesso em: 24 nov. 2025.

SINOVA. **Diálogos Sinova #1 Entrevista Fernando Dolabela**. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=QhizNj_EfTA. Acesso em: 24 nov. 2025.

SOLÉ, A. A empresa do mundo. *In*: CHAIZE, J.; TORRES, F. (org.). **Repenser l'entreprise: saisir ce qui start, vingt matches sur une idée neuve**. Paris: Le Cherche Midi, 2008. p. 157-177.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M. A interação universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil. *In*: SUZIGAN, F. M.; SUZIGAN, W.; MACEDO, S. M. (org.). **Em busca da inovação: Interação universidade-empresa no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17-43.

STAKE, R. E. **A arte da pesquisa de estudo de caso**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

TAVARES, L. F. **Empresa, mercado e cultura: o processo de empresarização no Grupo Tholl**. 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: uma pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. **Resolução nº 014/CUn/2002, de 25 de junho de 2002**. Dispõe sobre a política de propriedade intelectual da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <https://dit.ufsc.br/files/2009/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-014.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Inovação da UFSC (SINOVA). **Mai-Dai**. Florianópolis: UFSC, s.d. Disponível em: <https://sinova.sites.ufsc.br/ambientes/ambientes-ufsc/mai-dai/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VARGAS, L. M.; RODRIGUES, M. S. A empresarização dos centros de tradições gaúchas: uma análise das relações de concorrência e de consumo. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 12, n. 4, p. 3-24, set./dez. 2019. DOI 10.22277/rgo.v12i4.4685. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/4685>. Acesso em: 09 maio 2025.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**: texto integral. São Paulo: Martín Claret, 2004.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Sabrina Sampaio Rakow - Responsável pela concepção da ideia central, coleta e análise dos dados, além da redação principal do artigo.

Vitor Abreu Arnoni - Contribuiu com a adequação ao escopo da revista, revisão do referencial teórico e aprimoramento da introdução.

Marcio Silva Rodrigues - Especialista na Teoria da Empresarização do Mundo, colaborou com a fundamentação teórica, interpretação analítica e coesão argumentativa do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o artigo "A empresarização do ensino: um olhar sobre as relações universidade-empresa mediadas pela SINOVA/UFSC".

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão disponíveis no artigo.

Revisado por:

Vânia Carolina Gonçalves Paluma
E-mail: contato@revisamos.com.br